



ANS recua e derruba os 40% de coparticipação em planos

Após críticas, agência decide fazer novas audiências públicas sobre o tema

SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO A ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) voltou atrás e decidiu derrubar novas regras para os planos de saúde que dividem com o cliente parte das despesas por atendimentos, chamados de coparticipação e franquia.

As normas haviam sido publicadas em junho e começariam a valer no final de dezembro, somente para novos contratos. Agora, porém, a agência determinou que elas passarão por audiências públicas antes de serem decididas e aplicadas. Ainda não há data para que isso ocorra.

Na coparticipação, além da mensalidade, o paciente paga parte de consultas e exames realizados. Segundo o documento revogado, os usuários poderiam arcar com até 40% do valor dos atendimentos.

A ANS também havia estipulado limites mensal e anual para o pagamento de valores adicionais na coparticipação e franquia (que é semelhante a um seguro de carro): a quantia máxima não poderia ultrapassar a mensalidade do consumidor e/ou 12 mensalidades no ano.

O recuo da ANS ocorre após pressão de entidades de defesa do consumidor — que alegam falta de debate com a so-

ciiedade— e depois que a presidente do STE, Cármen Lúcia, suspendeu provisoriamente a resolução atendendo a um pedido da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil). A ministra concordou que a ANS assumiu competência do Legislativo ao editar a resolução.

Em nota, a agência disse que anulou as mudanças “em função da apreensão que o tema tem causado na sociedade”. Entendeu que deveria “reabrir o debate e, assim, captar mais adequadamente os anseios e receios dos usuários do sistema”. A ANS é frequentemente criticada por tomar decisões técnicas e complexas sem torná-las claras à população.

O número de usuários de planos com coparticipação e franquia tem crescido no Brasil. Ele triplicou de 2007 para este ano, passando de 8,3 milhões para 24,7 milhões.

Em janeiro, o percentual desses beneficiários superou pela primeira vez o de clientes que pagam apenas a mensalidade. Agora já atinge 52% dos segurados.

A medida foi comemorada por entidades de defesa do consumidor, que alegavam que os gastos com plano de saúde poderiam até dobrar caso a resolução entrasse em vigor.

Em nota, o presidente naci-



Como funcionam os planos de saúde com contrapartida

O que são Gastos com atendimentos são divididos com o usuário; objetivo é diminuir custos e evitar o uso sem necessidade

MODELOS

Coparticipação Além da mensalidade, o usuário paga à operadora uma parte do custo de cada consulta, exame ou procedimento realizado. A cobrança pode ser por valor fixado ou por percentual

Franquia Em adição à mensalidade, o usuário paga por atendimentos e serviços até atingir determinado valor; a partir daí, outras despesas são custeadas pela operadora. É pouco comum no Brasil

onal da OAB, Claudio Lamacchia, disse que considerou a decisão uma vitória da sociedade, “que demonstrou sua inconformidade com a postura da ANS, que adotou o procedimento usurpando prerrogativa do Congresso e não dialogou com a cidadania”.

Para a advogada Ana Carolina Navarrete, pesquisadora do Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor), o recuo demonstra que a ANS está passando por uma crise de legitimidade.

“A gente lê a revogação como um resultado de pressão. Sem isso, acho difícil que tivessem voltado atrás. A discussão deveria ter sido feita com consulta pública.”

Questionada pela *Folha* sobre as críticas, a ANS afirmou que a regulamentação foi discutida em diversas oportunidades e, em meados de 2016, foi constituído um grupo técnico sobre o assunto.

Segundo a agência, o tema passou por audiência pública, consulta pública — que recebeu 1.140 contribuições— e por pesquisa aberta à participação, com 645 sugestões.

A FenaSaúde, que representa as maiores operadoras, informou em nota que a decisão permitirá novas discussões.

Com UOL

Movimento sindical deve intensificar combate à projeto de Temer

Na opinião do jornalista e consultor, o governo de Michel Temer está mais preocupado em agradar ao mercado em vez de atender a população. Ele citou a reforma trabalhista (lei 13.467/2017), sancionada por Temer, e a Emenda de Gastos aprovada pelo governo e aliados como duas das medidas que agravaram em dois anos os problemas enfrentados pela população. Temer assumiu após o impeachment em 2016 da presidenta eleita Dilma Rousseff. “É preciso esclarecer para a população que todas as medidas do atual governo vieram para tirar dos mais pobres e dar para os mais ricos. A reforma trabalhista precarizou as condições de trabalho e diminuiu a renda. A emenda de gastos que congelou por 20 anos despesas como saúde e educação impediram que o Estado pudesse atender a população”.

Agenda Prioritária

Ele citou a Agenda Prioritária da Classe Trabalhadora, elaborada por sete centrais sindicais, como uma iniciativa política para combater a atual política de retirada de direitos. O documento apresenta 22 propostas para a retomada do crescimento, entre elas a revisão da reforma trabalhista, a revogação da Emenda que congelou os gastos em saúde e educação e a retomada das obras de infraestrutura para gerar empregos de forma imediata. “A proposta dos trabalhadores é uma iniciativa extremamente importante. Tem função pedagógica. Você coloca de um lado a proposta dos trabalhadores e de outro o projeto e partidos que representam o poder econômico. Comparar é a melhor forma de esclarecer”, afirmou Toninho. No dia 10 de agosto, todas as centrais sindicais brasileiras realizam o Dia do Basta, que é um dia de paralisação nos locais de trabalho para dar um alerta à população sobre os graves problemas enfrentados pela população. No centro do ato está a Agenda Prioritária, que tem como objetivo além de denunciar o ataque aos trabalhadores colocar no debate eleitoral as 22 propostas.

Leia mais: Portal Vermelho - <http://cnti.org.br/html/noticias.htm>

Aumenta a precarização do trabalho

Há mais de 13 milhões de desempregados no país. Em outubro de 2017 a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD) divulgada pelo IBGE referente ao trimestre anterior revelou uma taxa de desemprego de 12,4%, discretamente inferior aos 13% do trimestre anterior. Número comemorado como o início da queda no desemprego. Mas não foi. O governo e a mídia hegemônica que o apóia festejaram aquela diminuição – discretíssima – no número de brasileiros desempregados, sem confessar que, reflexo da reação contra a Reforma trabalhista, aquele resultado representava o aumento da precarização do trabalho que ameaça os brasileiros.

Os dados do IBGE revelam que, dos escassos novos empregos criados, a imensa maioria foi sem carteira assinada, restringindo direitos dos trabalhadores e favorecendo apenas a ganância do capital. Em junho de 2018 havia, segundo o IBGE, 13,235 milhões de desempregados entre os brasileiros. A força de trabalho (104,112 milhões) equivale à soma do total de 90,887 milhões ocupados e 13,235 milhões de desempregados. Nos últimos 12 meses, informa o IBGE, houve queda de 3,9% no desemprego, com a criação de 536 mil postos de trabalho, quase todos sem carteira assinada ou “autônomos”. A situação dos trabalhadores brasileiros, o ataque aos direitos sociais e trabalhistas feitos por Michel Temer, será um dos principais temas da campanha eleitoral de outubro, quando será eleito o próximo presidente da República. Com razão. Este é o cerne do golpe de 2016, que levou ao comando da nação as forças neoliberais e a sovínice rentista que trava o desenvolvimento, desemprega e empobrece os trabalhadores e favorece apenas ao grande capital.

Leia mais: Portal Vermelho - <http://cnti.org.br/html/noticias.htm>